

A PERCEPÇÃO DA EVASÃO EM CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO EM TRÊS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE GOIÁS¹

Cleide Souza Shimokomaki²

Roberto Massami Shimokomaki³

Priscila Tiyoko Souza Shimokomaki⁴

Durlei Martins dos Santos Junior⁵

RESUMO: O presente artigo visa identificar e discutir os principais entraves representados pela percepção de alunos, professores e coordenadores do curso de bacharelado em Administração, oferecido pelas Fundações Municipais de Ensino Superior instaladas, e em operação no Estado de Goiás. Conjuntamente a isso, visa elencar e propor discussões sobre os fatores e causas que motivam a evasão dos estudantes matriculados no curso. É notório que manter o aluno motivado em um curso superior é uma atividade difícil, sobretudo porque tal ato é circundado por fatores intrínsecos e extrínsecos que precisam ser identificados e analisados, uma vez que a evasão no Ensino Superior tem sido alvo de inúmeros debates, mas ainda carece de estudos que a investiguem. Não basta proporcionar o acesso, também é necessário garantir a permanência e a satisfação do aluno no curso o qual ele escolhe, para isso é preciso pensar não somente as práticas pedagógicas do professor, mas também sua qualificação profissional, as políticas de fomento à pesquisa, e também as políticas de cada instituição frente a uma nova realidade que se instaura desde a criação da universidade até os dias atuais. Portanto, neste artigo discutiremos os dados referentes à evasão, bem como outros problemas menores que emergem da percepção de alunos, professores e coordenadores entre os anos de 2012 a 2015. Para a sustentação teórica deste estudo, são tomados como suporte autores como Sampaio (1999), Martins (2002), Oliven (2002), Polydoro (2000) dentre outros que investiguem a evasão no Ensino Superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. Evasão. Administração. Percepção.

Introdução: algumas discussões preliminares sobre o estudo em questão

Nas últimas seis décadas houve uma acelerada expansão do Ensino Superior, e concomitante a isso, também uma crescente ampliação do número de instituições que, cada uma em seu nível, buscaram se consolidar nesta modalidade de ensino. Com o crescimento acelerado e com a alta procura, surgiram também inúmeros problemas e desafios, que

¹ Este artigo é resultado da pesquisa no Centro Universitário de Mineiros

² Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Docente do Centro Universitário de Mineiros – Goiás. E-mail: shimokomaki.cleide@gmail.com

³ Graduado em Medicina pela Universidade de Brasília, especializado em oftalmologia pela Santa Casa de Belo Horizonte. E-mail: rmshimokomaki@hotmail.com

⁴ Graduanda em Engenharia Civil pelo Centro Universitário de Mineiros – Goiás. E-mail: pri_tiyoko@hotmail.com

⁵ Graduando em Administração pelo Centro Universitário de Mineiros – Goiás. E-mail: durlei.junior3@gmail.com

apontam para uma questão basilar: é preciso pensar os meandros que envolvem o ensino superior no Brasil.

Dentre os inúmeros pontos de reflexão, destacam-se a questão da baixa procura de alguns cursos, o sucateamento das universidades, a proletarização do trabalho docente, a forma de ingresso muitas vezes excludente, a evasão em alguns cursos, dentre outros. Neste artigo, buscaremos desenvolver algumas reflexões apenas sobre a evasão, problema visto como um dos maiores entraves do Ensino Superior.

O objetivo do estudo é a identificação e análise dos aspectos que impactam na evasão dos estudantes dos cursos de graduação em Administração oferecidos por três instituições de ensino superior municipais do Estado de Goiás.

Empiricamente, tem-se observado que fatores, ainda muitas vezes desconhecidos por gestores e professores, têm corroborado para que o processo de evasão se torne uma realidade nos cursos de Administração. Desta forma, neste artigo, buscamos por meio dos dados coletados e analisados apontar algumas evidências que nos levam a responder à seguinte questão: quais são as principais causas de evasão dos estudantes nos cursos de Bacharelado em Administração oferecidos pelas IES municipais do estado de Goiás?

O Ensino Superior no Brasil: história, avanços e retrocessos

É possível perceber que a historiografia da oferta do ensino superior no Brasil, data dos tempos em que ainda estávamos sob o domínio português e, por conseguinte obedecíamos à contextualização político-ideológica do Reino de Portugal. Segundo Martins (2002) a fundação das primeiras escolas de ensino superior em território brasileiro data de 1808, ou seja, a partir da chegada da família real.

Martins (2002, p. 04) afirma que com a chegada da família real ao Brasil, e de acordo com o contexto da época, foram criadas as primeiras escolas de ensino superior, que eram voltadas sobretudo ao campo da medicina, sendo uma de “Cirurgia e Anatomia em Salvador [...] a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro [...] e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio”.

A expansão efetiva do ensino superior só apresentou avanços significativos a partir da proclamação da Primeira República entre 1889 a 1930, fato considerado, academicamente, como um marco expansionista. Sampaio (1999) considera que, nesse primeiro momento, o ensino superior brasileiro teve duas influências básicas: uma foi o processo de modernização de Portugal, que exigiu significativas mudanças no modelo educacional daquele país, em

especial a Universidade de Coimbra. A ideia central dessa proposta era a orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema. A segunda influência foi o modelo de Universidade Napoleônico que mantinha o divórcio entre o ensino e a pesquisa.

A abolição da escravatura, a queda do Brasil Império e a Proclamação da República impulsionaram mudanças significativas no ensino superior brasileiro. De forma mais direta, houve um movimento para que o ensino deixasse de ser centralizado e ampliasse suas ofertas, o que culminou com a criação de 56 novas escolas superiores, sendo que a maioria destas eram de iniciativa privada. Sampaio (1999) acredita que a grande causa da ruptura do modelo de educação superior centralizado, justificou-se pela criação do Sistema Educacional Paulista, que teve como meta central dar suporte à modernização de São Paulo.

A questão da pesquisa foi um dos grandes processos motivadores e que impulsionou o novo debate em defesa da criação da Universidade, uma vez que como apresenta Sampaio (1999), a pesquisa acontecia nas instituições profissionais – espaços considerados, à época, inadequados para este fim.

Sampaio (1999) afirma que a necessidade pela busca de um ensino superior que respaldasse o novo modelo econômico, e que ao mesmo tempo estivesse em consonância com as mudanças socioculturais surgidas a partir da década de 1920 foi uma questão mister para que um novo modelo de universidade brasileira fosse criado.

Dando sequência a este processo de modernização do país, outro passo importante para a organização do ensino se deu com a implantação do Ministério de Educação e Saúde em 1931, que por sua vez culminou com a criação do primeiro Estatuto das Universidades brasileiras que regulamentou a criação e o funcionamento de universidades no país. Um dado importante a ser considerado nesse período foi que mesmo com a criação da Universidade, o Estatuto fez questão de manter a autonomia das escolas superiores já existentes, dificultando, de certa forma, a implantação do novo modelo de educação superior com ênfase na pesquisa.

Nesse período, as variações quanto ao processo de instalação e/ou ampliação de instituições de ensino superior no país praticamente se mantiveram inalteradas e restritas ao letramento de uma minoria que além de ocupar postos privilegiados, normalmente na administração pública, gozava de prestígio social.

Os estudos de Martins (2002) apontam que tal situação permaneceu inalterada mesmo com a mudança da estrutura do comando político do país (1822), ou seja, a oferta de ensino superior permaneceu nos mesmos moldes e condições anteriores. Essa condicionante permaneceu até a última década do século XIX, em que o número de instituições que

ofereciam formação superior no Brasil somava aproximadamente 24 estabelecimentos, abrigando, segundo estudos de Martins (2002), uma população de aproximadamente 10.000 estudantes.

Como contraponto a esse viés e sob amparo legal dado pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1891, foram criadas instituições, mantidas pela iniciativa privada local e confessional – estas últimas, em sua maioria católicas - a fim de atender às suas e às intencionalidades da sociedade da época e que assumem tacitamente os processos de expansão do ensino superior no país.

A partir da segunda década do século XX, os discursos propositores de criação de escolas de ensino superior no país não só extrapolaram os limites da configuração didático-administrativa de escolas isoladas, controladas restritivamente pelo poder estatal, como também avançaram para a concepção de universidade.

A partir de 1964, sob a gestão militar, o governo central passou a conduzir suas ações e políticas públicas a partir da dualidade ideológica de expansão e privatização. No intuito de assegurar o fiel cumprimento de tais pretensões, o governo militar, em atitudes pontuais, desmantelou as organizações estudantis e manteve sob a severa vigilância as universidades mantidas pelos cofres públicos, vistas como células germinadoras de contradições.

Mais tarde, em 1988 a Constituição Federal do Brasil deu uma nova configuração para o ensino superior brasileiro. Oliven (2002, p. 37) afirma que em “seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades”.

Promulgada a Constituição Federal de 1988, iniciaram-se os debates para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documento para regulamentar a organização e oferta da Educação Nacional. Nesse sentido, a nova estrutura do ensino brasileiro passou a ser organizada em apenas dois níveis: o nível básico e o superior. O nível básico constituído pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, primeira e segunda fase e Ensino Médio, foi estruturado a partir das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Profissional, Educação do Campo, Quilombola, indígena, à distância e Educação Especial. Algumas dessas modalidades permeiam a Educação Básica e o ensino Superior, como é o caso do ensino a distância e profissional.

O segundo nível de educação brasileira, a educação superior compõe-se de cursos de graduação, sequenciais e de extensão, bem como é responsável pela oferta de cursos de pós-graduação Lato sensu, que compreende os cursos de especialização, e os de Stricto-sensu compostos pelos cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) e cursos de doutorado e pós

doutorado. Neves (2002, p. 48) reconhece a educação superior no Brasil a partir da nova LDB como “um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação lato e stricto sensu”.

Institucionalização das fundações municipais de Ensino Superior

A historicidade das fundações está ligada à narrativa da solidariedade humana, na permanente busca pela garantia e universalização de processos e procedimentos de colaboração em que se auxilia outrem. Segundo Paes (1998, p.41), “fundação é, na verdade, um instrumento por meio do qual pode o ser humano – como pessoa física ou jurídica – transmitir à sociedade atual e sucessivas gerações seus ideais e convicções e seguir atuando “como vivo depois de morto”.

Os primeiros registros de instituições fundacionais datam da história clássica do Egito, época em que já se institucionalizavam atitudes filantrópicas e posteriormente se têm notícias de práticas também na Grécia. Segundo afirmação de Assis (2008), foi em Roma que a instituição fundacional recebeu limites com maior nitidez, embora ainda sob sombras de associação, uma vez que a figura jurídica desta antecede a caracterização das fundações.

A respeito disso, Ferreira (2004) afirma que essas instituições clássicas apresentam forte semelhança, especialmente na manutenção dos fins assistenciais ou culturais, embora esses tenham sido incorporados a partir da outorga de personalidade jurídica, consequência da evolução do pensamento cristão, que basicamente norteou a instalação das fundações no Brasil.

Segundo Assis (2008) a história fundacional no Brasil teve o seu esboço em 1738, por iniciativa de Romão de Matos Duarte, que dividiu parte de seu patrimônio e criou a Fundação Romão de Matos Duarte. Porém, Paes (2006) afirma que sob os aspectos jurídicos as fundações no Brasil apareceram apenas no início do século XX, a partir da Lei nº 173 de 10 de setembro de 1903, que passou a conferir personalidade jurídica a entidades com fins literários, científicos e religiosos.

A criação das fundações municipais de ensino superior constituiu um modelo de interiorização do ensino superior, cuja natureza jurídica e organizacional variou conforme as intencionalidades dos poderes locais.

O conceito de evasão

Objeto de investigações acadêmicas desde os primeiros anos da segunda metade do século XX, a desistência no ensino superior tem preocupado gestores e financiadores dessa modalidade de escolarização, a ponto de compor uma das importantes variáveis a serem consideradas pelo sistema nacional de avaliação da educação superior.

O tema tem sido umas das constantes preocupações dos gestores das instituições de ensino superior. Mello et al (2012) ressaltam o empenho que as universidades públicas vêm despendendo a essa questão no sentido de ajudar os alunos a permanecerem no curso até sua conclusão, e afirma que mesmo custeando a ajuda com alimentação, moradia e transporte, verificou-se que existem outros fatores determinantes que contribuem para o abandono do estudo, situações que não se limitam às condições socioeconômicas, mas a uma série de outros entraves, que vão desde a falta de informação sobre o curso, até questões afetivas em casa e também no ambiente universitário.

Segundo o Ministério da Educação- MEC Apud, Mello, (2012, p. 05)

[...] evasão é a “saída definitiva do curso de origem sem conclusão ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL / MEC, 1997, p. 19) Ainda de acordo com o MEC, para estabelecer parâmetros metodológicos de forma a garantir a exatidão e comparabilidade dos resultados, evasão fica caracterizada da seguinte forma: evasão de curso é quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional; evasão da instituição, quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL / MEC, 1997) apud MELLO, 2012, p.5).

Na concepção do MEC, evasão significa independentemente do motivo, a desistência do aluno em fazer determinado curso. Mesmo quando transferido para outro curso ele é considerado evadido no anterior. Nessa perspectiva, cada instituição deve e tem liberdade para definir o que no seu interior ela considera como aluno evadido.

Já Polydoro (2000, p. 46) afirma que “[...] a evasão foi sendo estudada como um fenômeno que interfere na eficiência das IES, gerando perda de investimentos e recursos

humanos para o futuro”. A autora afirma ainda que antes de definir o que é evasão, é preciso fazer uma análise minuciosa da instituição, uma vez que o termo é polissêmico, e deve considerar vários aspectos e não apenas aquele visto pelo MEC.

Para calcular a evasão nos cursos superiores, Lobo et al (2007) determinaram duas maneiras de se fazer o cálculo: o primeiro se refere ao número de matriculados e não matriculados ao final de cada semestre e/ou ano letivo. Esse modelo foi denominado por eles de média de evasão anual/semestral, e em sua opinião serve para que a instituição acompanhe o que acontece nos cursos. O segundo modelo chamado de evasão total, mede o número de alunos que ingressam num determinado curso versus o número de alunos que são titulados ao final do mesmo.

Assim como Mello et al. (2012) se preocupam com essa questão e afirmam que sua origem não é somente ligada aos aspectos de condição econômica dos cursistas, Polydoro (2000) defende a ideia de que é preciso considerar também as dificuldades de caráter metodológico, o que dificulta sobremaneira a adoção de uma estratégia única e coletivamente aceita para a apreensão de tal fenômeno.

Portanto, observadas a pluralidade de análise acadêmica e a necessidade de que se estabeleça sistematicamente conceitos e metodologias para investigação sobre o tema, a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão foi levada a propor procedimentos unificados para as investigações futuras, privilegiando como base a condicionante de evasão de curso.

Dentre essas condicionantes, Polydoro (2000, p. 52) recomenda atenção para a necessidade de agregar às investigações sobre a evasão de cursos, alguns aspectos como as condições e “[...] característica do ingresso e pessoais [...], fatores de interferências externas à instituição, como as condições econômicas, sociais e culturais”.

Após tais recortes sobre o termo, é importante destacar que entre as inúmeras hipóteses que devem permear as investigações cujo centro seja a causa da evasão, é preciso reconhecer que aspectos como a qualidade do curso, a qualificação dos docentes, a estruturação dos currículos, a articulação currículo-atividade, a relação currículo/ mercado de trabalho e a estrutura de apoio e programas institucionais voltados ao atendimento dos estudantes são fundamentais para a análise.

Desafios e fragilidades: o que dizem coordenadores e professores sobre o curso de Administração?

Reconhecidamente, a tríade entrada, permanência e conclusão nos cursos de graduação tem caracterizado uma importante fonte de preocupação, tanto para as instituições de ensino superior (IES) quanto para suas mantenedoras. Certamente o universo de consequências extrapola os prejuízos financeiros, tanto para os alunos quanto para as IES, independentemente de sua sustentação orçamentária.

Antes de analisar as percepções dos coordenadores e professores das três Instituições sobre as causas da evasão dos alunos no curso de Administração no período de 2012 a 2015 é importante identificar quem são os professores e coordenadores nos aspectos que se relacionam com sua qualificação, titulação e tempo de atuação no curso. No que se refere às coordenações de curso identificou-se que as três são do sexo feminino, graduadas em Administração, com especialização e mestrado na área, e além da coordenação atuam em disciplinas específicas do curso.

Segundo as gestoras, a maior dificuldade enfrentada frente ao curso é a resistência à qualificação profissional, sendo que a maioria não tem interesse de buscar formação em nível de mestrado e doutorado. Mesmo sendo um dos cursos mais antigos das três instituições, ainda há um grande número de docentes especialistas, o que muitas vezes dificulta o desenvolvimento e fomento da pesquisa.

Outro problema enfrentado é a ausência dos professores em dias de aula e em reuniões de planejamento. As três coordenadoras afirmam que muitos faltam, e que quando isso ocorre, não há uma comunicação prévia. Ainda nesta dinâmica, as gestoras alegam que os professores se ausentam muito das reuniões, e a maioria deles têm outras atividades fora da instituição, o que faz com que muitos apenas ministrem suas aulas, e não participem de atividades de pesquisa e extensão.

Um ponto positivo apontado pelas coordenadoras é a existência de muitas empresas na região, fator que segundo elas é preponderante para a existência do curso, uma vez que as empresas exigem profissionais qualificados e formados em áreas da administração. Embora as fundações ofereçam esta formação, nem todos os profissionais formados estão correspondendo às demandas do mercado, sobretudo porque saem delas com muita formação teórica, mas pouca habilidade prática.

Tal problemática é justificada pelas coordenadoras, sobretudo pela falta de projetos de pesquisa e extensão que ofereçam cursos de aperfeiçoamento, bem como pela recusa da maioria dos professores em participar da gestão do curso, sobretudo nos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, e pela quase escassa participação em congressos e eventos científicos.

Em relação aos professores, foram ouvidos 24 (vinte e quatro), sendo 8 (oito) de cada uma das três fundações pesquisadas. Ao analisar a percepção dos docentes, bem como estudar a história dos cursos em cada Instituição, percebeu-se que entre 2012 e 2015 houve um crescimento significativo no quadro docente. Tal aumento, provavelmente, ocorreu em razão de o curso ter absorvido em sua matriz curricular algumas disciplinas que fazem parte do núcleo comum, como por exemplo: Filosofia, Sociologia, Matemática básica, Língua Portuguesa dentre outras.

Ainda em relação aos professores, é importante ressaltar que a maioria faz parte do quadro temporário das Instituições, e por isso há trocas constantes, o que, por conseguinte acaba comprometendo a qualidade das aulas. Percebe-se que esses professores captados temporariamente não têm tanto compromisso com a prática pedagógica, sobretudo por saberem que vão permanecer no curso temporariamente, e terem que conciliar na maioria das vezes a atividade docente com a de administrador.

A qualificação e dedicação do professor é um dos pontos que influencia na permanência do aluno no curso, no entanto é possível observar uma contradição a partir da pesquisa em tela; o professor antigo e efetivo é acomodado e muitas vezes não está disposto a se qualificar, e o temporário não é qualificado para a sala de aula e na maioria das vezes, exatamente por ser temporário, não tem compromisso com os alunos e o curso. Nos dois casos, esse problema precisa ser enfrentado pelas instituições, porque compromete a qualidade do curso e, conseqüentemente, não motiva o aluno a permanecer estudando.

O que dizem os alunos sobre o curso e sobre a evasão

Ao traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes de Administração das três Instituições pesquisadas, percebeu-se que ele é majoritariamente composto por mulheres, fato que reflete uma realidade nacional dos últimos 10 anos em que a população feminina tem avançado muito nas conquistas dos seus direitos, e ocupado espaços até então reservados apenas aos homens, como por exemplo as universidades. Outro ponto importante é o fato de que os alunos em sua maioria compõem uma população jovem e solteira, sendo a Administração o primeiro curso superior de suas vidas.

Quando questionados sobre os motivos pelos quais haviam escolhido o curso de Administração, o destaque maior recaiu sobre a questão da influência familiar, ou seja, a maioria daqueles que cursam essa graduação o fazem em razão das empresas que os familiares possuem e administram. Nesse aspecto, os sujeitos, ainda jovens, entram na

faculdade com a intenção de aprender profissionalmente os atributos necessários para que tenham condições de dar continuidade às empresas já administradas pela família.

Conjuntamente à influência familiar, os pesquisados também informaram que a facilidade de trabalho na área, a possibilidade de estudar a noite, e a qualidade do curso também são fatores que colaboraram para a escolha do curso de Administração. Segundo os estudantes entrevistados, o mercado tem muita abertura para administradores, que se bem formados têm inúmeras possibilidades de inserção, não somente em empresas, mas em campos da administração pública.

Entre os fatores apontados pelos alunos como desmotivadores para a permanência no curso, a distância entre a instituição e suas residências, aparece como um fator determinante para a evasão, uma vez que nas três instituições ele é oferecido a noite, o que por sua vez dificulta a locomoção e aumenta a insegurança, sobretudo para as mulheres.

Outro ponto que comumente aparece entre os motivadores para a evasão também está intimamente ligado à questão geográfica: a ausência de transporte público para as Instituições. Segundo os alunos a falta de acessibilidade acaba fazendo com que muitos fiquem a mercê de táxis, ou mesmo de locomoção própria o que onera ainda mais o investimento no curso superior.

Observou-se ainda que poucos alunos, cerca de 33,3% possuem financiamento estudantil, e isso também tem se configurado como um impeditivo para a permanência no curso. O auxílio prestado pelos programas de incentivo de bolsas voltados aos estudantes advindos de escolas públicas não é uma realidade expressiva do público investigado, sobretudo porque em grande parte os pais têm pequenas empresas, o que comumente é observado para a concessão de bolsas.

O valor das mensalidades, aparece como um dos maiores entraves para a permanência, uma vez que a renda obtida não é exclusiva para o pagamento da faculdade, mas também para outras despesas, tais como alimentação, aluguel, transporte e gastos com o próprio curso com cópias, livros e demais materiais didáticos que comumente são necessários.

Ao analisarem as Instituições, os alunos afirmam que a metodologia das aulas precisa mudar, uma vez que elas ainda são muito tradicionais e voltadas à questões bastante teóricas, mas que de fato, muitas vezes não os prepara para o dia-a-dia. Embora os alunos apontem para o fato de que o curso tenha um bom projeto pedagógico, também afirmam que a ausência de professores mestres e doutores, muitas vezes compromete o ensino, e sobretudo a pesquisa.

Mesmo com os entraves apresentados mais de 60% dos alunos se dizem satisfeitos com o curso, e apontam as dificuldades financeiras momentâneas, a mensalidade elevada, as

questões de ordem natural, seguidas de ter sido um curso que não foi a primeira escolha no vestibular como alguns pontos que as vezes os desanimam no decorrer do curso.

De modo a conhecer e verificar o perfil dos participantes do questionário, no sentido de conhecer a quantidade de cursos que realizam de modo paralelo à graduação de Administração, pôde-se observar que a maioria dos participantes não realiza outro curso ao mesmo tempo, fato que justifica muitas vezes a falta de preparo técnico dos alunos. Questionados sobre essa ausência de formação extraclasse, os alunos alegam que por causa do trabalho, muitos cursos oferecidos se tornam inviáveis.

Diante disso é possível notar pelo questionário aplicado, que a carga horária semanal de atividade remunerada está distribuída entre 40 e 44 horas semanais, o que resulta em jornada de trabalho lotada durante o dia, sendo apenas o turno noturno dedicado aos estudos.

Considerações Finais

A pesquisa científica permite conhecer com maior profundidade um fenômeno histórico, social e cultural. Proporciona condições para nos debruçarmos sobre um determinado objeto de estudo e, a partir da imersão a campo, analisar e compreender fatos, relações e realidades que apenas a harmonia dos métodos quantitativos permitem.

Quando identificamos e analisamos as condições que favorecem a permanência de alunos nas IES investigadas do estado de Goiás, deparamo-nos com os seguintes elementos: a visão de futuro que eles possuem, a projeção de carreira e a expectativa de salário melhor. Por outro lado, ao analisar as ocorrências de evasão escolar nos cursos de graduação em Administração oferecidos pelas instituições municipais pesquisadas, verificamos alguns pontos que nos permitem pensar sobre essa questão.

A presença maior dos alunos do sexo feminino, que foi um fator relevante na pesquisa, representado por 162 mulheres e 104 homens da totalidade dos entrevistados, nos chamou a atenção, sobretudo porque cada vez mais as mulheres têm ganhado espaço nesse contexto formativo.

Outros dados merecem ser destacados, como o universo da pesquisa de 266 alunos pesquisados, que reflete uma faixa etária média de 21 a 25 anos e uma renda familiar entre 3,1 a 5,0 salários mínimos mensais, evidenciando a importância das políticas públicas de financiamento para permitir o acesso das camadas sociais menos favorecidas ao ensino superior.

Identificamos que a maioria dos alunos entrevistados originam-se de ensino médio público. Com relação à carga horária remunerada exercida pelos entrevistados, a maioria perfaz um total de 44 horas semanais, o que contribui para a dificuldade de aprendizado devido ao cansaço provocado pela carga horária semanal extensa.

Na visão dos alunos, os fatores que mais impactam a permanência/evasão dos estudantes no curso de graduação em Administração oferecido pelas Instituições municipais são relativos às condições do curso e valor das mensalidades. Além disso, dentre os fatores que influenciam a ocorrência da evasão podemos destacar: situação financeira, falta de perspectiva profissional, incompatibilidade com o curso.

No que se refere aos itens que precisam melhorar no curso de graduação em Administração, podemos destacar a qualidade e metodologia do ensino, a qualificação dos docentes e a capacidade de ensinar os conhecimentos de forma eficiente.

Em suma, verificamos que pesquisar esse tema, além de ser instigante e relevante, requer um olhar atento para as questões que aparecem nos bastidores desse processo. Como vivemos em mundo capitalista, em que o capital é um instrumento que move, modifica e afeta as relações entre os sujeitos na sociedade, é preciso refletir sobre os fenômenos relativos à educação e ao campo de estudo que a Administração proporciona e se caracteriza como potencial de transformação.

Ressalta-se que este estudo se restringe aos limites da pesquisa aqui definidos, e que não há pretensão em esgotar o tema proposto, mas contribuir para maior visualização, discussão e busca por novas possibilidades e solução do problema em questão, agregando novos significados e valores relevantes a esse assunto. Portanto, sabendo que a evasão é um tema amplo, mas que precisa de mais olhares investigativos é importante que esta pesquisa sirva de base para outras, e que a ciência seja foco de discussão que tome como objeto o ensino superior e os alunos estudantes de Administração. Nesta perspectiva, os resultados produzidos por este estudo, por sua caracterização metodológica e variáveis consideradas, podem configurar elemento primário para novas investigações, neste imenso campo da evasão no Ensino Superior.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências sociais e naturais**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

ARAGÃO, R. C. **São as histórias que nos dizem mais: emoção, reflexão e ação**

na sala de aula . Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

ASSIS, I.F.S. **O caminho entre o público e o privado [manuscrito]: um estudo de contextualização da FIMES**. Goiânia: UFG, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2008).

BRASIL. ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília: SESu/MEC, 1996. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf> Acesso em: 12 FEV 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: SAJ, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**. Brasília: CES/CNE, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração**. Brasília: CES/CNE, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf>>> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Retificação da Resolução CNE/CES nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Graduação em Administração**. Brasília: CES/CNE, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005**. Brasília: CES/CNE, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf> Acesso em: 23 OUT 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Brasília: SAJ, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 23 OUT 2015.

CUNHA, L.A. **A expansão do ensino superior: causas e conseqüências**. São Paulo: Hucitec, 1975; 5: 27-58.

GAIOSO, N. **O Fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília: UnB, 2005.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. O Estado de Goiás. Goiânia: IMB, 2014. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo et al. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Instituto Lobo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia 2007. www.institutolobo.org.br em 20.12.2016

MARTINS, A.C.P. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. [online]. 2002, vol.17, suppl.3, pp. 04-06. ISSN 1678-2674. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>> Acesso em: 23 OUT 2015.

MELO, Simone Portella Teixeira et al. A Evasão no Curso de Administração: Diagnostico e Possibilidades de Uma Universidade Pública no Sul do Brasil. Bento Gonçalves, 2012. **XXIII ENAGRAD**.

MORATO, Antonio Carlos; BITTAR, Eduardo Carlos Bianca . **Fundações Educacionais**. In: **Leonardo Pantaleão. (Org.). Das Fundações Educacionais**. São Paulo: Atlas, 2003, v. , p. 144-169.

OLIVEN. Arabela Campos. História da Educação Superior no Brasil. Apud SOARES Maria Suzana Arrosa (coord.) Educação Superior no Brasil, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC-UNESCO-CARACAS. Porto Alegre. 2002.p, 24-38

NEVES, Clarissa Eckerta Baeta. A Estrutura e o Funcionamento do Ensino Superior no Brasil. Apud SOARES Maria Suzana Arrosa (coord.) Educação Superior no Brasil, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Litina e no Caribe. IESALC-UNESCO-CARACAS. Porto Alegre. 2002,p. 39-61. Unidesc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações: origem e evolução histórica. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 35. N. 140 out/dez. 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/415/r140-04.pdf?sequence=4>> Acesso em: 23 ABR 2016.

POLYDORO, S.A.J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 179 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2000. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219642>. Acesso em: 14 SET 2015.

SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro 1808-1996. São Paulo, NUPES, **Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, São Paulo: USP, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em: 23 OUT 2015.

